

RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.568 - SC (2017/0184866-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : COPA INDUSTRIAL LTDA
AGRAVANTE : COPA INDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : NELSON ANTONIO REIS SIMAS JUNIOR E OUTRO(S) -
SC022332
DOUGLAS HEIDRICH - SC032711
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR:
RECURSO PREJUDICADO (ART. 34, XI, DO RISTJ).**

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão monocrática que não admitiu recurso especial por entender que *"a questão suscitada implica revolvimento do conjunto probatório, vedado em sede de recurso especial, nos termos da súmula nº 07 do Superior Tribunal de Justiça, que assim estabelece: a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"* (e-STJ fls. 655/656).

Alega a agravante que o caso não é de incidência da referida súmula. Afirma que houve violação ao art. 97, II, do CTN, que foi ferido o princípio da legalidade e o princípio da proporcionalidade, tendo em vista o aumento da TAXA SISCOMEX por atos infra-legais (Portaria MF nº 257/2011 e pela IN RFB nº 1.158/2011), implementada ante à delegação de poder encartada no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/98. Sustenta ser toda a majoração da TAXA SISCOMEX ilegal e não apenas o excesso por sobre a correção monetária apontado pela Corte de Origem (variação do INPC), tendo em vista a impossibilidade da própria delegação de poder em si estabelecida no art. 3º, §2º, da Lei n. 9.716/98 (e-STJ fls. 688/696).

Contraminuta nas e-STJ fls. 710/713.

É o relatório. Passo a decidir.

Em decisão publicada em conjunto com esta apliquei o precedente REsp. n. 1.659.074/SC (Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 03.05.2018) e dei provimento ao recurso especial da FAZENDA NACIONAL a fim de que os autos retornassem à Corte de Origem para exame dos termos da Nota Técnica Conjunta Cotec/Copol/Coana nº 03/2011 (emitida em complemento à Nota Técnica nº 2), enfrentando a questão da adequação entre as informações contidas na Nota Técnica e os **custos** não só **de operação**, mas, principalmente, dos **investimentos** no Siscomex.

Sendo assim, julgo PREJUDICADO o agravo em recurso especial do PARTICULAR com fulcro no art. 34, XI do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator